CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
CONSELHO PERMANENTE

RECOMENDAÇÕES DAS COMISSÕES TEMÁTICAS
REUNIÃO ANUAL: 28 e 29 Maio de 2026

O Conselho Permanente do CCP, ao abrigo da Lei 66-A, aprova e divulga as conslusões/recomendações das nossas Comissões Temáticas.

A) Comissão Temática para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política (CCPCP)

A Comissão Temática recomenda:

1. **Reiterar o apelo à realização do teste de voto eletrónico pela internet**, conforme recomendado em 2025 e anos anteriores, reforçando a necessidade de modernização dos mecanismos de participação eleitoral.
2. **Defender a criação de um Gabinete de Apoio Exclusivo ao CCP**, com competências de assessoria técnica, apoio jurídico, administrativo e operacional, permitindo um trabalho mais eficaz, contínuo e profissionalizado do Conselho.
3. **Alertar para a insuficiência crónica de recursos humanos nos postos consulares**, destacando:
    - a falta de atratividade das carreiras, devido às remunerações reduzidas e à ausência de perspetivas de progressão;
    - a inexistência de planos de sucessão adequados e atempados.
4. **Promover campanhas de divulgação e sensibilização**, dirigidas às comunidades portuguesas no estrangeiro, sobre:
    - o uso da Chave Móvel Digital;
    - a importância do recenseamento eleitoral e da participação cívica.
5. **Reativar a Comissão Interministerial para as Comunidades Portuguesas**, que não reúne desde 2008, reforçando a coordenação interministerial em matéria de política de emigração e comunidades portuguesas.
6. **Desenvolver parcerias entre o CCP e o IRN**, com vista à criação de campanhas de informação sobre os serviços online disponíveis, orientadas para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.
7. **Defender a alteração da Lei n.º 71/78, de 27 de dezembro**, que regula a Comissão Nacional de Eleições, de modo a incluir representantes do CCP na sua

composição, garantindo a defesa dos direitos e interesses das comunidades portuguesas nos processos eleitorais.

B) Comissão Temática para o Ensino do Português no Estrangeiro, Cultura, Associativismo e Comunicação Social (CEPECACS)

. Ensino do Português no Estrangeiro (EPE)

A Comissão considera que o EPE é estratégico para a preservação da língua e identidade cultural. Recomenda:

1. **Garantir a participação formal do CCP** no processo de revisão da legislação do Ensino do Português no Estrangeiro.
2. **Valorizar a carreira docente no EPE**, reforçando:
    - estabilidade contratual;
    - condições remuneratórias;
    - incentivos que tornem mais atrativa a docência no estrangeiro.
3. **Promover soluções para o recrutamento e retenção de docentes**, assegurando uma distribuição equilibrada dos recursos humanos e condições adequadas para o exercício de funções.
4. **Assegurar que a modernização e digitalização do EPE** — presencial, híbrido e online —:
    - não comprometam a qualidade pedagógica;
    - não conduzam à redução da oferta presencial em regiões com procura suficiente.
5. **Reforçar a articulação institucional** entre Instituto Camões, coordenações do EPE, estruturas diplomáticas e comunidades portuguesas locais.
6. **Desenvolver programas específicos para jovens lusodescendentes**, utilizando conteúdos digitais, redes sociais, aplicações educativas, intercâmbios culturais e outras iniciativas de promoção da língua e cultura portuguesas.

. Cultura Portuguesa no Estrangeiro

A Comissão recomenda:

1. **Reforçar o apoio às associações culturais portuguesas no estrangeiro**, reconhecendo o seu papel na promoção da língua, cultura e participação comunitária.
2. **Utilizar o movimento associativo como instrumento estratégico de dinamização cultural**, aproximando as novas gerações das suas raízes.
3. **Estabelecer parcerias permanentes** entre Instituto Camões, estruturas diplomáticas, associações, universidades e entidades culturais locais, para a realização de ciclos culturais, festivais, exposições e outras iniciativas.
4. **Promover a descentralização da ação cultural**, garantindo que apoios e iniciativas cheguem também a regiões fora das grandes capitais.
5. **Apoiar projetos culturais inovadores e iniciativas digitais**, que aproximem as novas gerações da língua e cultura portuguesas.
6. **Criar uma plataforma digital agregadora da programação cultural portuguesa na diáspora**, facilitando a divulgação de eventos e oportunidades de participação.

. Associativismo

A Comissão reconhece progressos recentes, mas identifica desafios persistentes. Recomenda:

1. **Reforçar a divulgação e esclarecimento das normas e procedimentos** relativos aos apoios ao associativismo.
2. **Realizar sessões anuais de esclarecimento**, presenciais e online, sobre programas de apoio às associações portuguesas.
3. **Promover programas de formação e capacitação** para novos dirigentes associativos, privilegiando modelos híbridos e online.
4. **Incentivar boas práticas de cooperação entre associações**, promovendo redes de colaboração e projetos conjuntos regionais ou internacionais.
5. **Reforçar o diálogo institucional** entre associações portuguesas, postos consulares e DGACCP, promovendo proximidade, cooperação e corresponsabilização.

. Comunicação Social da Diáspora

A Comissão recomenda:

1. **Reforçar a divulgação institucional dirigida às comunidades portuguesas no estrangeiro**, garantindo informação clara e acessível sobre processos eleitorais, cidadania, serviços consulares e medidas governativas.
2. **Desenvolver uma estratégia permanente de comunicação pública** dirigida à diáspora.
3. **Rever os critérios de acesso aos apoios públicos** destinados aos órgãos de comunicação social da diáspora, reduzindo burocracia e adaptando requisitos às suas especificidades.
4. **Promover uma reflexão sobre mecanismos de reconhecimento e apoio** aos meios de comunicação social portugueses no estrangeiro.
5. **Criar uma linha de apoio específica para modernização e transformação digital** dos meios de comunicação social da diáspora.
6. **Prosseguir a modernização da RTP Internacional e RDP Internacional**, reforçando conteúdos digitais, formatos inovadores e programação dirigida às novas gerações.
7. **Reforçar a produção de conteúdos dedicados às comunidades portuguesas no estrangeiro**, incluindo associativismo, juventude, empreendedorismo e boas práticas da diáspora.
8. **Criar uma plataforma digital de informação pública dirigida à diáspora**, reunindo informação eleitoral, consular, associativa e cultural.
9. **Promover mecanismos de cooperação** entre órgãos de comunicação social da diáspora e meios públicos portugueses, favorecendo partilha de conteúdos e maior visibilidade das comunidades.

C) Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e Fluxos Migratórios

A Comissão recomenda:

1. **Publicar na Internet, numa página de fácil acesso**, um documento com perguntas frequentes (FAQ) da DSR/DGACCP e/ou links para FAQs de outras instituições do Estado.
2. **Publicar os "Roteiros de Regresso"** distribuídos na Suíça e replicar estes roteiros para outras geografias, assegurando a respetiva divulgação.
3. **Divulgar centralizadamente a existência dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE)** junto dos Postos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

4. **Promover a articulação com a Direção da Academia AICEP** para disseminar o conhecimento do Programa de Estágios INOV CONTACTO junto dos Conselheiros, incentivando a partilha desta informação nas comunidades.
5. **Solicitar à AICEP a expansão do INOV CONTACTO ao setor social**, promovendo estágios neste setor junto das comunidades portuguesas.
6. **Reforçar a informação dirigida aos conselheiros sobre o funcionamento do ASIC e do ASEC**, garantindo maior clareza e acessibilidade.

CP/CCP, 11 de julho de 2026.

(O Conselho Permanente)